

## A responsabilidade do contador na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro

### *The Accountant's Responsibility in Preventing Money Laundering Crimes*

Paulo Octávio de Almeida Bastos<sup>1</sup>; Andrea Mendonça da Silva Bastos<sup>2</sup>; Adriana Mendonça da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** A lavagem de dinheiro constitui uma das principais ameaças à integridade dos sistemas financeiros e à estabilidade das instituições democráticas. Nesse contexto, o contador ocupa posição estratégica, não apenas como responsável pela escrituração contábil e cumprimento das obrigações fiscais, mas também como agente de prevenção e de fortalecimento da governança corporativa. O presente estudo teve como objetivo analisar a responsabilidade do contador na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro, à luz do arcabouço normativo brasileiro, da jurisprudência recente e da literatura especializada. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica com artigos de bases internacionais e nacionais; documental, com legislação nacional, normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como a Resolução nº 1.530/2017 e jurisprudências do STJ, TRFs e TJSP sobre a responsabilização de contadores em esquemas de lavagem de capitais. Os resultados evidenciam que a atuação do contador é multifacetada, englobando responsabilidades civis, penais e administrativas, além de desafios éticos e reputacionais. Constatou-se, ainda, que a profissão está exposta a novos riscos decorrentes da utilização de criptoativos e da crescente sofisticação tecnológica. Conclui-se que o contador deve ser compreendido como sentinela da integridade financeira, cuja atuação é indispensável à transparência empresarial e à proteção do sistema econômico. Recomenda-se, como agenda futura, a realização de estudos empíricos junto à classe contábil, a fim de avaliar a efetividade prática das medidas preventivas previstas em lei.

**Palavras-chave:** Contabilidade; Compliance; Governança corporativa; Lavagem de dinheiro; Responsabilidade do contador.

**ABSTRACT:** Money laundering represents one of the most serious threats to financial systems and democratic stability, as it allows illicit resources to circulate within the formal economy under a veil of legitimacy. In this context, accountants play a strategic role as gatekeepers, responsible not only for bookkeeping and tax obligations but also for monitoring suspicious transactions and safeguarding financial integrity. This study aims to critically analyze the accountant's responsibility in preventing money laundering crimes, based on the Brazilian regulatory framework, updated jurisprudence, and recent academic contributions. The research is applied in nature, qualitative in approach, and descriptive and exploratory in character. The methodology combined bibliographic, documentary, and jurisprudential research. Bibliographic sources included national and international studies indexed in Web of Science and Scopus (2018–2025). The documentary analysis covered Brazilian legislation and Federal Accounting Council (CFC) resolutions, such as Resolution No. 1.530/2017. The jurisprudential component examined decisions from the Superior Court of Justice (STJ), Federal Regional Courts, and the São Paulo State Court regarding the accountability of accountants in money laundering schemes. The findings reveal that accountants' responsibilities are multifaceted, encompassing civil, criminal, and administrative dimensions, and that technological changes—such as cryptoassets, big data, and artificial intelligence—create new challenges for the profession. The study concludes that accountants should be understood as financial integrity sentinels, whose role is indispensable for corporate governance, transparency, and economic protection. Future research should include empirical studies with accounting professionals to assess the practical effectiveness of preventive measures established by law.

<sup>1</sup> Ciências Contábeis da Universidade CEUMA. E-mail: [advpaulo.bastos@outlook.com](mailto:advpaulo.bastos@outlook.com)

<sup>2</sup> Professora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade CEUMA. E-mail: [andreamendonca24@gmail.com](mailto:andreamendonca24@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Dom Bosco. E-mail: [adrianamendonca31@gmail.com](mailto:adrianamendonca31@gmail.com)

**Keywords:** Money laundering; Accounting; Compliance; Accountant's responsibility; Corporate governance.

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta desafios crescentes no combate ao crime organizado e à corrupção sistêmica (Coura; Viana, 2024). Entre os mecanismos mais utilizados por organizações criminosas para ocultar e reinserir recursos de origem ilícita na economia formal, destaca-se a lavagem de dinheiro (Follmann; Gubert, 2024). Trata-se de uma prática que, além de representar um grave atentado à ordem econômica e à justiça social, compromete a integridade do sistema financeiro e enfraquece a confiança nas instituições democráticas.

O crime organizado, além de se articular com práticas de corrupção, possui uma íntima ligação com o sistema prisional, de onde muitas facções mantêm o comando de atividades ilícitas. A literatura evidencia que a falta de efetividade das políticas de ressocialização, aliada à superlotação carcerária, fortalece o poder dessas organizações, ampliando a circulação de recursos ilícitos que posteriormente são objeto de lavagem (Caciano; Almeida, 2023). Nesse sentido, o fortalecimento institucional e democrático é visto como condição essencial para resistir ao avanço da criminalidade organizada, visto que regimes democráticos apresentam maior resiliência na contenção do crime do que governos autoritários (Pinto; Santos, 2025).

Nesse contexto, o contador assume um papel estratégico na estrutura de prevenção e combate à lavagem de capitais. Sua atuação ultrapassa as funções tradicionais de escrituração ou atendimento a obrigações tributárias, configurando-se como um agente essencial na promoção da integridade corporativa (Simeão; Leite; Furlan, 2022). A proximidade do profissional com a gestão empresarial o torna capaz de identificar, avaliar e comunicar operações suspeitas, contribuindo para sistemas de compliance mais eficazes e alinhados às melhores práticas de governança (Lima; Serrano; Cupertino, 2020).

A legislação brasileira reflete essa responsabilidade. A Lei nº 9.613/1998, especialmente após a reforma introduzida pela Lei nº 12.683/2012, incluiu os profissionais da contabilidade entre os sujeitos obrigados a comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) qualquer operação que apresente indícios de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo (Follmann; Gubert, 2024). Complementarmente, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), como a de nº 1.530/2017, reforçam os parâmetros técnicos e éticos que orientam a profissão, exigindo medidas preventivas que vão desde a análise de risco até a implementação de controles internos.

Evidências internacionais indicam que a regulação antilavagem tem efeitos ambíguos sobre a inclusão financeira: em ambientes de alta efetividade, observa-se queda na posse de contas, mas crescimento de depositantes, tomadores e caixas eletrônicos, o que sugere trade-offs que precisam ser geridos pelos *gatekeepers* corporativos, entre eles o contador (Ofoeda; Tuffour; Nketia, 2023).

A responsabilidade do contador é, portanto, multifacetada. Pode envolver repercussões penais, quando sua omissão ou colaboração favorece práticas ilícitas; civis, quando sua conduta negligente causa prejuízos a terceiros; e administrativas ou éticas, quando sujeita à avaliação de órgãos de classe e reguladores (Simeão; Leite; Furlan, 2022). Ela é cada vez mais destacada pela literatura recente, especialmente em um cenário marcado pela digitalização dos processos e pelo aumento dos riscos relacionados à integridade das informações. Para Silva (2025), o profissional contábil deve ser compreendido como um guardião da integridade financeira, assumindo postura ativa na promoção da transparência e da confiabilidade dos registros. Essa multiplicidade de responsabilidades confirma a centralidade do contador na linha de frente contra a criminalidade econômica (Lima; Serrano; Cupertino, 2020).

Além do marco legal, a Constituição Federal de 1988 fornece bases normativas sólidas, especialmente no que se refere à legalidade, à moralidade administrativa e à função social das profissões regulamentadas. O exercício ético e responsável da contabilidade reforça, assim, sua função como instrumento de cidadania, controle e transparência.

A relevância do tema decorre da crescente exposição dos contadores a riscos legais e reputacionais e da necessidade de consolidar uma cultura de conformidade no ambiente empresarial brasileiro. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar criticamente as obrigações legais e éticas que recaem sobre os profissionais da contabilidade no enfrentamento à lavagem de dinheiro, considerando o arcabouço normativo, a jurisprudência recente e as contribuições doutrinárias publicadas nos últimos cinco anos. A

pesquisa adota como metodologia a abordagem bibliográfica, documental e jurisprudencial, utilizando fontes oficiais, relatórios institucionais e artigos acadêmicos indexados em bases de dados internacionais. Com isso, busca-se oferecer não apenas uma síntese normativa, mas também uma reflexão crítica sobre os limites e desafios da atuação contábil na prevenção de ilícitos financeiros.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o presente artigo atinja seus propósitos, é necessário realizar uma contextualização das teorias e artigos existentes, cujo objetivo é conferir consistência técnico-científica a este trabalho. Nesse sentido, é imprescindível abordar os seguintes temas: conceitos fundamentais sobre lavagem de dinheiro; fundamentos normativos e regulatórios e o papel do contador no sistema de prevenção, entendidos como o caminho para a análise do problema levantado neste artigo.

### Conceitos Fundamentais sobre Lavagem de Dinheiro

A lavagem de dinheiro é definida na legislação brasileira (Lei nº 9.613/1998) como o ato de ocultar ou dissimular a origem ilícita de recursos financeiros. No plano internacional, a FATF/GAFI e a UNODC destacam que a prática se desenvolve em três fases: colocação, ocultação e integração, com o objetivo de reinserir ativos ilícitos no sistema financeiro formal (Vemuri *et al.*, 2023). Ofoeda, Agbloyor e Abor (2022) reforçam que sistemas robustos de prevenção à lavagem não apenas reduzem crimes financeiros, mas também estimulam fluxos de investimento estrangeiro, já que investidores privilegiam países com maior previsibilidade e segurança institucional. Dessa forma, a sofisticação dos mecanismos utilizados depende da convivência ou omissão de profissionais de setores regulados, incluindo contadores.

Além do impacto direto no sistema financeiro internacional, a lavagem de dinheiro provoca efeitos estruturais sobre a economia e a sociedade. A evasão fiscal enfraquece a arrecadação pública e corrói a confiança nos mercados (Nery; Almeida, 2025). Do ponto de vista social, esse crime sustenta atividades ilícitas como tráfico de drogas, armas, corrupção e terrorismo, gerando violência, desigualdade e fragilização institucional. A percepção de que ganhos ilícitos podem ser facilmente reinseridos na economia compromete padrões éticos e abala a coesão social, o que reforça a urgência de medidas eficazes de prevenção, inclusive diante das novas modalidades associadas aos ativos virtuais (Nery; Almeida, 2025).

No Brasil, a alteração introduzida pela Lei nº 12.683/2012 ampliou o rol de crimes antecedentes, permitindo que qualquer infração penal pudesse originar lavagem de capitais. Esse aspecto aumentou a responsabilidade de profissionais da contabilidade, exigindo maior vigilância e diligência em transações suspeitas. O impacto econômico global também é significativo: estima-se que mais de 2 trilhões de dólares sejam lavados anualmente, o que corresponde a cerca de 5% do PIB mundial. Estudos recentes apontam que a lavagem erode instituições financeiras, reduz o crescimento econômico, estimula a corrupção e dificulta a produtividade do setor real, desviando recursos para atividades ilícitas (Vemuri *et al.*, 2023).

Assim, compreender os conceitos e características da lavagem de dinheiro é essencial para delimitar o campo de atuação do contador, visto que sua prática profissional se encontra diretamente exposta a riscos legais e reputacionais.

### Fundamentos Normativos e Regulatórios

A responsabilidade do contador na prevenção da lavagem de dinheiro encontra suporte na Constituição Federal de 1988, que estabelece princípios como legalidade, moralidade e função social da profissão. No âmbito infraconstitucional, destacam-se a Lei nº 9.613/1998 e sua alteração pela Lei nº 12.683/2012, que enquadram o contador como sujeito obrigado a reportar operações suspeitas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) (Nery; Almeida, 2025).

Além das leis, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) desempenha papel fundamental na regulamentação da atividade profissional. A Resolução CFC nº 1.530/2017 estabelece diretrizes de compliance aplicáveis à profissão, exigindo procedimentos como análise de risco, identificação de beneficiários finais e comunicação de operações atípicas. Tais medidas alinham a prática contábil brasileira a padrões internacionais, promovendo maior integração com mecanismos globais de prevenção. Pesquisas internacionais indicam que a simples imposição de critérios rígidos não elimina problemas de efetividade. Estudos como o de Pellegrina *et al.* (2022) mostram que a adoção do modelo baseado em risco (*risk-based*

*approach*) visou reduzir tanto os erros tipo I (comunicações excessivas) quanto os erros tipo II (falha em comunicar), mas gerou um trade-off: priorizou-se a dissuasão, ainda que com aumento inicial de falsos positivos.

Os avanços tecnológicos e a digitalização dos processos contábeis têm exigido dos profissionais não apenas competência técnica, mas também postura ética diante de novos riscos. Estudos recentes apontam que o contador, antes visto apenas como executor de rotinas, assume hoje um perfil consultivo, com responsabilidades ligadas à análise crítica, segurança de dados e prevenção de ilícitos financeiros (Silva, 2025). A literatura também indica que a formação acadêmica em Ciências Contábeis ainda apresenta lacunas na abordagem de temas como lavagem de dinheiro e ética profissional, o que compromete a capacidade dos futuros contadores de atuarem de forma proativa no cumprimento das exigências legais (Lubas *et al.*, 2021).

Em perspectiva internacional, observa-se que a profissionalização contábil em países em transição institucional, como a Polônia, demonstra a relevância da cooperação entre associações profissionais e universidades para consolidar competências e fortalecer a credibilidade da profissão (Heinzelmann; Dobroszek; Zarzycka, 2024). A literatura recente enfatiza que a persecução penal da lavagem de dinheiro no Brasil esteve associada à criação de varas federais especializadas e ao fortalecimento do Ministério Público Federal, compondo uma política judicial voltada ao enfrentamento da macrocriminalidade (Madeira; Londero; Geliski, 2024). Portanto, o arcabouço normativo brasileiro combina princípios constitucionais, legislação penal econômica e regulamentação profissional, consolidando a função do contador como agente preventivo essencial na proteção da integridade financeira.

## O Papel do Contador no Sistema de Prevenção

O papel do contador evoluiu de mero executor de obrigações fiscais para agente de controle e conformidade. Ressalta-se que o profissional de contabilidade se tornou peça-chave no sistema de integridade corporativa, atuando em sintonia com práticas de governança e compliance. A literatura contemporânea reconhece que o contador tem deixado de exercer apenas funções operacionais para assumir papel consultivo e estratégico. Nessa transição, a competência tecnológica se alia ao compromisso ético, formando um perfil profissional apto a enfrentar os novos riscos do ambiente digital (Silva, 2025).

Na literatura internacional, a participação de contadores em programas antilavagem é decisiva, seja como gatekeepers — profissionais que bloqueiam a entrada de recursos ilícitos no mercado formal —, seja como whistleblowers, responsáveis por reportar irregularidades às autoridades competentes (Ofoeda; Tuffour; Nketia, 2023). É preciso destacar que sistemas de governança corporativa e controles internos robustos constituem mecanismos indispensáveis para prevenir fraudes corporativas e crimes financeiros (Rashid *et al.*, 2022). Ainda, destacam que a profissionalização contábil em economias emergentes exige maior integração entre universidades, associações profissionais e regulações estatais, o que reforça o papel do contador como guardião da integridade financeira (Heinzelmann; Dobroszek; Zarzycka, 2024).

Entretanto, a função preventiva também apresenta desafios. Muitos contadores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de capacitação técnica, à sobrecarga de responsabilidades e à utilização de novas tecnologias, como criptoativos e blockchain. Nesse sentido, a adoção de ferramentas digitais de compliance é imprescindível para aumentar a eficiência no monitoramento de transações. Além das ameaças associadas às criptomoedas, estudos internacionais demonstram que o uso intensivo da tecnologia pode reduzir a ocorrência de crimes econômicos e financeiros, sobretudo ao ampliar a rastreabilidade de operações e a transparência no fluxo de informações. Pesquisas comparativas em mais de 180 países mostram que maiores investimentos em inovação tecnológica e governança digital estão associados à redução da corrupção, da economia paralela e da lavagem de capitais (Achim; Borlea; Văidean, 2021).

Todavia, o mesmo ambiente digital também gera riscos de ampliação da criminalidade cibernética, o que reforça a necessidade de atualização constante e atuação ética do contador como guardião da integridade financeira (Silva, 2025). Assim, o contador assume uma posição estratégica e multifacetada: ética, jurídica e social, na medida em que sua atuação contribui não apenas para a transparência empresarial, mas também para o fortalecimento das instituições democráticas e da economia formal.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo e exploratório. A escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, a responsabilidade do contador na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro, articulando fundamentos normativos, doutrinários e práticos.

A etapa bibliográfica contemplou a revisão de trabalhos acadêmicos publicados entre 2020 e 2025, indexados em bases internacionais como Web of Science e Scopus. Foram utilizados descritores como *accountant*, *money laundering*, *compliance*, *ethics*, *corporate governance* e *financial crimes*. Os estudos foram selecionados considerando sua relevância temática, qualidade acadêmica e contribuição direta ao debate sobre a responsabilidade do contador nos sistemas de prevenção à lavagem de dinheiro.

A pesquisa documental teve como foco a legislação brasileira, incluindo a Lei nº 9.613/1998, alterada pela Lei nº 12.683/2012, o Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988. Também foram analisados atos normativos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a Resolução CFC nº 1.530/2017 e a Resolução CFC nº 1.307/2010 (Código de Ética). Além disso, incorporou documentos institucionais, como os relatórios anuais do COAF (2023–2024) e do Grupo de Ação Financeira Internacional – FATF (2023).

A dimensão jurisprudencial envolveu o mapeamento sistemático de decisões judiciais relacionadas à responsabilidade de contadores em contextos de lavagem de dinheiro. A busca abrangeu o Superior Tribunal de Justiça (STJ), os Tribunais Regionais Federais (TRFs) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), no período de 2019 a 2023. As decisões foram extraídas de plataformas oficiais, utilizando palavras-chave como “lavagem de dinheiro”, “contador” e “responsabilidade”. Os critérios de seleção priorizaram casos que abordassem omissão, participação ou falha de comunicação de operações suspeitas ao COAF.

O material coletado foi examinado por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2016), permitindo identificar quatro categorias centrais: fundamentos normativos e regulatórios; responsabilidades civil, penal e administrativa; o papel do contador em sistemas de compliance; e desafios contemporâneos relacionados às tecnologias digitais e ao crime organizado. Reconhece-se como limitação a ausência de pesquisa de campo junto a profissionais da contabilidade, o que restringe a validação empírica dos achados. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de surveys e entrevistas com contadores e autoridades reguladoras, a fim de avaliar a efetividade prática das medidas preventivas previstas em lei.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que o contador desempenha uma função estratégica na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro, situando-se no eixo entre normas legais, ética profissional e práticas de compliance. A análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência revela três dimensões centrais: o papel preventivo do contador, suas responsabilidades jurídicas e os desafios contemporâneos impostos pelo avanço tecnológico e pela complexidade financeira.

Na questão do contador como agente de prevenção, a investigação documental mostrou que o contador não atua apenas na escrituração contábil e no cumprimento de obrigações fiscais, mas também na proteção da integridade das informações financeiras e no monitoramento de indícios de atividades ilícitas. A Lei nº 9.613/1998, ao enquadrar os contadores como sujeitos obrigados a comunicar operações suspeitas ao COAF, ampliou sua responsabilidade, aproximando-os do conceito internacional de gatekeepers — profissionais que bloqueiam o ingresso de capitais ilícitos no sistema formal (Follmann; Gubert, 2024). O contador, portanto, contribui não apenas para a regularidade fiscal e financeira das organizações, mas também para mitigar os impactos sociais da lavagem de dinheiro, como a erosão institucional e o financiamento de atividades criminosas. Sua atuação diligente reforça a confiança da sociedade no Estado e nos mecanismos de justiça (Nery; Almeida, 2025).

Convergente a esse achado, a Resolução CFC nº 1.530/2017 determina que os contadores adotem procedimentos de análise de risco, verificação da origem de recursos e identificação de beneficiários finais. Esse conjunto normativo posiciona o profissional da contabilidade como peça-chave da governança corporativa, contribuindo para a integridade financeira das organizações (Rashid *et al.*, 2022).

Em relação a responsabilidades civil, penal e administrativa, a pesquisa também evidenciou que a responsabilidade do contador se manifesta em diferentes esferas. Na esfera civil, o Código Civil (arts. 186 e 927) prevê a reparação de danos em casos de negligência ou omissão, aplicável ao profissional que não cumpre seu dever de diligência. Na esfera penal, decisões como o HC 466.791/SP (STJ, 2019) confirmam que a omissão do contador em reportar práticas ilícitas pode resultar em responsabilização criminal, com base no art. 1º da Lei nº 9.613/1998. Já na esfera administrativa, o descumprimento das normas do CFC pode implicar sanções disciplinares, incluindo suspensão ou cassação do registro profissional. Esses resultados demonstram que a responsabilidade do contador no Brasil é multifacetada e cumulativa, o que reforça a necessidade de qualificação contínua e atuação pautada pela ética. Nesse sentido, a literatura recente aponta que a formação acadêmica ainda apresenta lacunas quanto ao ensino de temas ligados à prevenção da lavagem de dinheiro, o que compromete a preparação dos futuros profissionais para lidar com riscos legais e éticos inerentes à atividade (Lubas *et al.*, 2021).

Na questão dos novos desafios para a atuação contábil, a análise também identificou que o papel do contador está em constante transformação diante das mudanças tecnológicas e das novas formas de criminalidade econômica. Normas como a Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019, que regula operações com criptoativos, ampliaram o escopo de vigilância, exigindo do profissional a capacidade de identificar movimentações em ambientes digitais com alto grau de anonimato. Além das criptomoedas, a literatura destaca o uso de sistemas eletrônicos de pagamento, apostas online e até do setor de arte como meios de dissimulação de recursos ilícitos (Vemuri *et al.*, 2023).

Além disso, a integração de sistemas de auditoria digital, big data e inteligência artificial já representa um avanço para o monitoramento em tempo real de transações financeiras (Putra *et al.*, 2022). A adesão a ferramentas de compliance digitais fortalece a capacidade preventiva e reduz falhas humanas, tornando o contador mais apto a enfrentar esquemas sofisticados de ocultação de ativos. Conforme Silva (2025), a informatização dos processos contábeis exige que o contador atue como guardião da integridade financeira, conciliando competências tecnológicas e princípios éticos sólidos, a fim de assegurar a confiabilidade e a transparência das informações (Achim; Borlea; Vaidean, 2021).

A literatura internacional confirma que apenas o uso de sistemas digitais robustos permite reduzir erros de reporte. No caso italiano, a implementação de tecnologia pela Unidade de Inteligência Financeira foi crucial para mitigar os falsos positivos após a transição ao modelo baseado em risco (PELLEGRINA *et al.*, 2022)

Casos recentes, como o julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP, 2023), em que um contador foi responsabilizado por colaborar com a abertura de empresas fictícias, reforçam que a jurisprudência tem adotado postura rigorosa diante da participação ou omissão de profissionais da contabilidade em práticas ilícitas. Nesse sentido, a experiência italiana analisada por Pellegrina *et al.* (2022) evidencia que comunicações em excesso — o chamado *crying wolf effect* — podem reduzir a utilidade dos relatórios para as autoridades de controle. O contador, como sujeito obrigado, precisa equilibrar o dever de reportar com a necessidade de qualidade informacional, adotando uma postura de diligência proporcional ao risco

Tais decisões consolidam o entendimento de que o desconhecimento ou a passividade não afastam a responsabilidade legal do contador. Nesse contexto, a responsabilidade contábil deve ser compreendida como parte do enfrentamento da criminalidade organizada, que encontra na lavagem de dinheiro um de seus principais mecanismos de sustentação (Caciano; Almeida, 2023).

Ainda que o Brasil tenha avançado na criação de estruturas judiciais especializadas, estudos recentes apontam que as condenações por lavagem de dinheiro permanecem pouco frequentes, o que evidencia a necessidade de reforço preventivo por parte de agentes privados, especialmente os contadores (Madeira; Londero; Geliski, 2024). Assim, os resultados apontam que o contador no Brasil deixou de ser apenas um técnico registrador para assumir papel ético, jurídico e social no sistema de prevenção à lavagem de dinheiro. Esse movimento acompanha tendências internacionais, nas quais o profissional é concebido como sentinela da integridade financeira.

A pesquisa confirma, portanto, que a efetividade da atuação contábil depende de três fatores: sólida base normativa, adesão a padrões de compliance e investimento contínuo em formação técnica. Quando esses elementos convergem, a profissão contábil se torna um pilar indispensável da governança e da



transparência empresarial, contribuindo não apenas para a proteção das organizações, mas também para o fortalecimento das instituições democráticas e da economia formal.

Em termos macroeconômicos, evidências empíricas revelam que as medidas antilavagem impactam diretamente o desenvolvimento do setor financeiro. Estudo recente com 51 países africanos demonstra que tais medidas fortalecem a solidez das instituições financeiras até certo ponto; contudo, quando excessivamente rigorosas, podem gerar efeitos adversos e restringir o crescimento do mercado formal devido aos altos custos de compliance (Antwi *et al.*, 2023). No caso brasileiro, análises cartográficas da atuação das varas federais especializadas mostram que, apesar do aumento de processos judiciais envolvendo lavagem de dinheiro e crime organizado, ainda são raras as condenações efetivas, o que evidencia a necessidade de maior articulação entre fiscalização contábil, órgãos reguladores e sistema de justiça (Madeira; Londero; Geliski, 2024).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu constatar que o contador desempenha um papel essencial na prevenção de crimes de lavagem de dinheiro, consolidando-se como um agente estratégico no fortalecimento da integridade financeira e da governança corporativa. Isso significa que a atuação do contador, quando alinhada a sistemas antilavagem de dinheiro eficazes, não apenas reforça a ética e a legalidade, mas também colabora para atrair capitais externos, já que a reputação regulatória influencia diretamente decisões de investimento estrangeiro (Ofoeda; Agblojo; Abor, 2022).

A análise normativa e doutrinária demonstrou que a legislação brasileira — em especial a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.683/2012 e as Resoluções do CFC — atribui ao profissional da contabilidade responsabilidades que transcendem a esfera técnica, abrangendo dimensões jurídicas, éticas e sociais.

A pesquisa também evidenciou que a responsabilidade do contador é multifacetada, englobando repercussões civis, penais e administrativas. Esse aspecto reforça a necessidade de constante capacitação e de adoção de práticas de compliance que reduzam a exposição a riscos legais e reputacionais. A jurisprudência recente, por sua vez, confirma a tendência de responsabilização direta de contadores que, por ação ou omissão, contribuem para a ocultação ou dissimulação de ativos ilícitos, afastando a possibilidade de excludente pelo desconhecimento.

Outro ponto relevante identificado foi o impacto das transformações tecnológicas, como o uso de criptoativos, big data e inteligência artificial. Tais inovações ampliam tanto os desafios quanto as oportunidades para a profissão contábil, exigindo maior vigilância, atualização técnica e adaptação às novas formas de criminalidade econômica. Nesse cenário, o contador deixa de ser mero executor de rotinas administrativas e passa a atuar como sentinela da integridade financeira, em linha com práticas internacionais recomendadas pelo FATF e pela literatura especializada. A efetividade da prevenção depende, portanto, da articulação entre políticas judiciais de especialização e a atuação proativa dos profissionais da contabilidade como agentes de compliance e integridade (Madeira; Londero; Geliski, 2024).

O combate à lavagem exige não apenas compliance corporativo, mas também medidas inovadoras de política pública, incluindo maior cooperação internacional e controles sobre setores não financeiros estratégicos. (Vemuri *et al.*, 2023). A experiência comparada reforça que o Brasil pode enfrentar dilema semelhante: como evitar tanto a omissão quanto o excesso de comunicações. O estudo de Pellegrina *et al.* (2022) sugere que calibrar o sistema entre dissuasão e acurácia deve ser prioridade das políticas antilavagem.

Assim, o contador deve ser compreendido não apenas como executor de obrigações fiscais, mas como sentinela da integridade financeira, cuja atuação ética, técnica e tecnológica é indispensável à transparência empresarial e ao fortalecimento institucional. O combate à lavagem de dinheiro exige uma abordagem multidimensional: formação acadêmica sólida, incorporação de inovações tecnológicas, regulação proporcional e fortalecimento democrático. Somente a integração desses eixos permitirá que a profissão contábil cumpra sua missão social e contribua de maneira efetiva para a proteção do sistema econômico e para o enfrentamento do crime organizado (Silva, 2025; Pinto; Santos, 2025; Antwi *et al.*, 2023).

Conclui-se, portanto, que a atuação do contador na prevenção à lavagem de dinheiro não é apenas um dever legal, mas também um compromisso ético e social. Sua contribuição ultrapassa o ambiente empresarial, alcançando impactos relevantes na proteção do sistema econômico e no fortalecimento da democracia.

Achim, Borlea e Vaidean (2021) e Antwi *et al.* (2023), reforçando que a experiência internacional demonstra a necessidade de alinhar normas locais a tendências globais de inovação tecnológica e fortalecimento institucional.

Como agenda de pesquisa futura, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos junto a profissionais da contabilidade, a fim de avaliar a efetividade das medidas normativas na prática e identificar barreiras concretas à sua implementação. Além disso, a ampliação de análises comparativas internacionais pode enriquecer o debate, permitindo identificar boas práticas e modelos de governança mais eficazes na prevenção de crimes financeiros.

## REFERÊNCIAS

ANTWI, S.; TETTEH, A. B.; ARMAH, P.; DANKWAH, E. O. Anti-money laundering measures and financial sector development: Empirical evidence from Africa. **Cogent Economics & Finance**, v.11, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.1080/23322039.2023.2209957>

CACIANO, B. K. de P.; ALMEIDA, D. A. L. de. A aplicabilidade da lei e o combate ao crime organizado dentro do sistema prisional brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 9, 2023. DOI: 10.51891/rease.v9i9.11356.

COURA, M. C. da; VIANA, L. S. Crime organizado na sociedade contemporânea: uma análise reflexiva à luz do contexto brasileiro e ponderações sobre a justiça social. **Scientia et Ratio**, v. 4, n. 6, 2024. Disponível em: <https://scientiaetratio.com.br/crime-organizado-na-sociedade-contemporanea-uma-analise-reflexiva-a-luz-do-contexto-brasileiro-e-ponderacoes-sobre-a-justica-social/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

FOLLMANN, Maicol Jose; GUBERT, Marcelo Wordell. Lavagem de dinheiro: principais alterações da lei 12.683/12 e técnicas utilizadas pelos criminosos. **Revista ft**, v. 28, n; 134, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/lavagem-de-dinheiro-principais-alteracoes-da-lei-12-683-12-e-tecnicas-utilizadas-pelos-criminosos/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

HEINZELMANN, Rafael; DOBROSZEK, Justyna; ZARZYCKA, Ewelina. Accounting Professionalization: The Case of Poland, **Accounting in Europe**, 2024. DOI: 10.1080/17449480.2024.2432865

LIMA, R; SERRANO, André Luiz Marques; CUPERTINO, Cesar Medeiros. Contabilidade Forense e Grafos no Combate à Lavagem de Dinheiro. XX **USP International Conference in Accouting**. 2020. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20Usplnternational/ArtigosDownload/2205.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

LUBAS, Kézia Marim *et al.* Discussões conceituais e éticas sobre lavagem de dinheiro nos cursos de ciências contábeis. **18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21Usplnternational/ArtigosDownload/3087.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2025.

MADEIRA, L. M; LONDERO, D.; GELISKI, L. A persecução penal nas varas federais especializadas brasileiras: cartografia dos processos de lavagem de dinheiro, organização criminosa e crimes contra o sistema financeiro nacional. **Revista de Administração Pública**, v. 58, n. 5, 2024. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/92258/86492>. Acesso em: 19 abr. 2025.

NERY, Isaque Augusto Silva; ALMEIDA, Andreia Alves de. A utilização de criptomoedas para lavagem de dinheiro: a prática de ocultação de ativos virtuais na atualidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 5, p. 2325–2341, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i5.19163. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/19163>. Acesso em: 7 set. 2025.

OFOEDA, I.; AGBLOYOR, E. K.; ABOR, J. Y. How do anti-money laundering systems affect FDI flows across the globe? **Cogent Economics & Finance**, v.10, n1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23322039.2022.2058735>. Acesso em: 20 jun. 2025.

OFOEDA, Isaac; TUFFOUR, Joseph K.; NKETIA, Emmanuel Adjei. The impact of anti-money laundering regulations on inclusive finance: Evidence from Sub-Saharan Africa. **Cogent Economics & Finance**, v.11, n.2, 2023. DOI: 10.1080/23322039.2023.2235821



PELLEGRINA, L. D. *et al.* Are Bankers “Crying Wolf”? Type I, Type II Errors and Deterrence in Anti-Money Laundering: The Italian Case. **Ital Econ J**, v. 9, pp. 587–615, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40797-022-00195-2>. Acesso em: 20 jul. 2025.

PINTO, Camila Barbosa dos Santos; SANTOS, Juliana Sobreira Quintino dos. Combate ao crime organizado no brasil: a democracia no cerne da resiliência institucional. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 7, 2025. DOI: 10.56083/RCV5N7-145

PUTRA, Iwan *et al.* The influence of internal audit, risk management, whistleblowing system and big data analytics on the financial crime behavior prevention. **Cogent Economics & Finance**, v.10, n. 1, pp.2148363, 2022. DOI: 10.1080/23322039.2022.214836

RASHID, Abdur *et al.* An Overview of Corporate Fraud and its Prevention Approach. **AABFJ**, v. 16, n.1, 2022. Disponível em: <https://www.uowojournals.org/aabfj/article/id/946/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, A. O. da. Desafios éticos na era digital: o papel do contador como guardião da integridade financeira. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 18, n. 5, p. e17878, 2025. DOI: 10.55905/revconv.18n.5-216. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17878>. Acesso em: 7 set. 2025.

SIMEÃO, Natália Cotulio; LEITE, Tamires Antônia da Costa; FURLAN, Alessandra Cristina. Responsabilidade civil e ética do profissional contábil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 10, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i10.7339.

VEMURI, Sritha *et al.* Money Laundering: a review. **REST Journal on Banking, Accounting and Business**, v. 2, n. 2, June, pp. 19–24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46632/jbab/2/2/2>. Acesso em: 20 jul.2025.